

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Cardápio para repor corte do ICMS é curto.....	2
Título: Gasolina vai cair mais de 20% com corte de imposto, promete ministro	6
Título: Sob crítica de Estados, União promete respostas para ICMS	7
Título: Mineração em alto mar gera temor em conferência da ONU	9
Título: Governo acena quadruplicar vale-gás	11
Título: Em comício com Bolsonaro, Lira faz promessa.....	13
Título: Conta de luz: ações têm consequências	15
Título: Leilão de transmissão prevê aporte de R\$ 15,3 bi	17
Título: Andrade toma posse sem discurso na Petrobras	20
Título: Assembleias de acionistas tendem a ficar mais complexas, diz diretor da Petrobras	21
Título: Light blinda rede elétrica contra furto de energia.....	23
Título: Planos da distribuidora para vender fatia em Belo Monte.....	26
Título: Aumento do diesel acelera planos da Andali em Goiás.....	27
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	29
Título: Aneel aprova reajuste médio de 12,4% em SP	29
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: Governo sanciona lei que devolve imposto cobrado na tarifa	29
Título: Conta de luz para cliente residencial em SP sobe 10,15%.....	30
Título: Postos já recebem gasolina com desconto de tributo federal; ministro tenta agilizar repasse	32
Título: Todos contra a Petrobras e os preços de mercado	34
VEÍCULO: O Globo	36
Título: Gilmar dá 24 horas para acordo	36
Título: Paes de Andrade busca informações sobre verba publicitária da Petrobras	36

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/06/2022****Seção: Brasil****Autor: Raphael Di Cunto — De Brasília****Título: Cardápio para repor corte do ICMS é curto**

O corte de ICMS para combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, em vigor desde sexta-feira, e o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a forma de cálculo do imposto sobre os combustíveis provocarão perda entre R\$ 105 bilhões e R\$ 136 bilhões para Estados e municípios, mais de 10% de toda a arrecadação com o imposto estadual. A redução brusca de receitas colocará governantes sob pressão, principalmente a partir de 2023, e especialistas e políticos veem um cardápio limitado de opções para que possam equilibrar isso.

Compensar com aumento das alíquotas de ICMS sobre outros bens e serviços ou dos outros impostos estaduais, IPVA (sobre veículos) e ITCDM (sobre herança), é visto como insuficiente e politicamente difícil. Uma alternativa, do ponto de vista da receita, é retirar benefícios fiscais concedidos a determinadas empresas e setores. Outra saída é forçar a reforma tributária do ICMS, para calibrar o novo imposto de formar a recompor essas perdas. Há quem acredite, por outro lado, que o resultado será pressão por mais repasses da União e precarização dos serviços públicos. A arrecadação hoje está em alta por causa da inflação, mas essa mesma inflação começará a pressionar os gastos em breve por reajustes dos salários e contratos.

A decisão adotada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para frear a inflação atropelou Estados e municípios. Os governadores se dividiram entre os que criticaram o projeto, dizendo que não solucionaria a alta da energia e dos combustíveis, e os aliados ao presidente, que elogiaram a medida. Houve, de todos os lados, preocupação de que a resistência ao corte de imposto fosse utilizada para atacá-los em outubro, dada a proximidade com as campanhas eleitorais.

Entre parlamentares que estiveram à frente do projeto, o discurso nos bastidores é de que não haverá queda de arrecadação substancial este ano, por causa da inflação e do gatilho que obrigará a União a compensar perda de receita superior

a 5% em relação a 2021, regra que valerá só até dezembro. A partir de janeiro, dizem, os novos governadores e o presidente eleito terão condições de avaliar o cenário e adotar as medidas necessárias.

Do lado dos entes federativos, o discurso é de perdas gigantescas. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) estima que o corte do ICMS tirará R\$ 85 bilhões em receitas por ano dos Estados e municípios e a decisão do ministro André Mendonça, do STF, de que o cálculo do imposto sobre combustíveis se baseia na média dos últimos cinco anos elevará as perdas em mais R\$ 20 bilhões. O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) apresentou números maiores ontem ao STF, apontado queda de arrecadação de até R\$ 136 bilhões.

Ações do governo federal devem derrubar superávit recorde dos governos regionais e transformar em déficit

Um técnico da secretaria da Fazenda de um dos maiores Estados do país disse ao **Valor** na semana passada que ainda não há discussões entre os governadores sobre como contornar isso. Eles aguardam o desenrolar de todas as ações do governo federal e a decisão sobre ações judiciais. Ele corroborou, contudo, a visão de que tamanho do rombo é elevado e exigirá medidas, seja corte de gastos ou aumento de impostos, provavelmente anunciadas só em novembro, depois da eleição. O impacto nos cofres também diferirá para cada Estado porque depende da alíquota hoje aplicada aos itens com taxação reduzida pela nova lei, então as soluções em cada local também devem ser diferentes.

O economista do Santander Ítalo Franca destaca que em 2021 foi o maior superávit primário da série histórica para os governos regionais (governos estaduais e prefeituras), com saldo positivo de R\$ 97,7 bilhões entre receitas e despesas, mas que a nova lei comprometerá esse resultado. A projeção dele é que este ano haveria superávit de R\$ 70 bilhões, mas o corte do ICMS derrubará isso a R\$ 25 bilhões. Para 2023, quando a nova lei atingirá a arrecadação do ano inteiro, haveria déficit, considerando também o aumento de gastos como salários e pisos constitucionais para saúde e educação. “Isso traria problema para as contas estaduais. Vai ser um ajuste bem duro.”

Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada destaca que há Estados que estão de fato com um alívio temporário no caixa por razões conjunturais, mas há outros em

regime de recuperação fiscal, como Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais, com dificuldade de honrar pagamentos. “E a perda é permanente”, lembrou.

Na opinião de Spada, os governadores terão dificuldade de compensar a perda no ICMS com aumento do IPVA e ITCMD porque são impostos diretos, com o boleto chegando na casa do contribuinte mais rico e com maior capacidade de mobilização. “O mais provável é o aumento do próprio ICMS em outras frentes. É um imposto que o contribuinte não sabe o quanto paga porque está embutido no preço da mercadoria. Quem recolhe é o empresário, mas quem suporta o ônus é o comprador”, disse. Essa solução, destacou, prejudicaria os mais pobres.

Essa alternativa, porém, encontra dois entraves. Para evitar que a redução do imposto sobre a gasolina fosse compensada com aumento da taxa sobre o diesel e etanol, o Congresso proibiu a elevação de alíquotas de combustíveis e energia que já fossem menores do que a padrão (17% ou 18%). Além disso, combustíveis, energia e comunicações são hoje as “blue chips” do ICMS e representam até 50% da arrecadação do imposto em alguns Estados. São itens que, mesmo com preço mais alto, a população não consegue deixar de consumir, diferentemente da compra de geladeira ou fogão.

Reforma tributária pode ser caminho para recompor as perdas, mas economista vê risco de aumento da carga

É por causa dessas travas que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que foi relator da reforma tributária numa comissão mista do Congresso que acabou enterrada por divergências políticas, acredita que haverá pressão maior para votar o tema em 2023. “Facilita porque nem o governo federal vai ter como compensar os Estados e nem os governadores terão como sobreviver com um corte desses”, afirmou. Para ele, a proposta de emenda constitucional (PEC) 45 teria resolvido o problema por aplicar alíquota única para todos os bens e serviços, com uma taxa extra para itens que causam “externalidades negativas”.

Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da Ryo Asset, também vê um consenso se formando sobre a necessidade de mudar a tributação dos Estados. “Será inescapável. É o certo escrito por linhas tortas.” O risco, pontua, é se isso não vier acompanhado de medidas na parte dos gastos: a reforma administrativa, a revisão dos programas sociais e a definição da nova âncora fiscal do país.

“Seja quem ganhe, Lula ou Bolsonaro, está claro que o teto de gastos será revisto e a qualidade da reforma tributária será proporcional ao tamanho dessa

flexibilização”, sustenta Barros. “Se o novo espaço para gastos for muito grande, ao invés de fazer reforma tributária que foque em eficiência, o governo acabará fazendo uma reforma para aumentar a arrecadação. E se essa é a preocupação, a chance de aumentar imposto no lugar errado é muito maior, o que pode reduzir o crescimento potencial do PIB ainda mais.”

Na atual legislatura, os Estados pressionaram pela aprovação da reforma do ICMS, com a criação de um Impostos sobre Valor Agregado (IVA) que uniria de cinco a nove impostos, mas no fim ocorreram divergências com o governo federal sobre a criação de um fundo para compensação de perdas, com setores empresariais contrários, como serviços e agropecuária, e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adversário do relator da PEC.

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski afirmou que a reforma tributária é discutida há 30 anos sem avanços e que não acredita na aprovação na próxima legislatura. A questão mais urgente, disse, é reformar o pacto federativo e rever as responsabilidades da União, Estados e municípios. “Não temos nenhuma capacidade de manobra para tentar reverter essa perda”, disse. As cidades só têm três impostos (IPTU, ISS e ITBI) que, mesmo nas maiores prefeituras, como São Paulo, só representam 7% das receitas.

A perda de até R\$ 13 bilhões este ano e R\$ 26 bilhões anuais a partir de 2023 pelo corte do ICMS não será compensada com outras receitas, mas com precarização dos serviços públicos à população, disse Ziulkoski. “O cidadão é que será afetado. Não terá dinheiro para manutenção do colégio, transporte escolar, distribuição de remédios, atendimento adequado de saúde”, criticou.

Economista-sênior da Tendências Consultoria, Juliana Damasceno destacou que os Estados vivem conjuntura atípica, com gastos menores por causa do congelamento de salários durante os dois anos da pandemia, e aumento das receitas devido à inflação, mas essa combinação cobrará seu preço e isso pode ocorrer mais cedo se a inflação desacelerar. “O imposto inflacionário ajuda no curto prazo, mas no médio e longo prazo ele atrapalha pela parte do gasto. Seja porque os servidores vão pressionar por reajustes, seja porque os contratos serão reajustados”, diz.

Como uma reforma tributária passa por um “caminho muito longo, desgastante e difícil”, Juliana crê como mais provável algum aumento de impostos pelos Estados e a revisão de a incentivos fiscais concedidos, principalmente no âmbito da guerra fiscal. “Esses governos vão se ver obrigados a repensar esses benefícios

e estudar de que forma conseguem retirar”, pontua. Estudo da Febrafite mostrou que, em 2020, a renúncia fiscal em decorrência desses incentivos chegou a R\$ 92 bilhões, valor próximo do rombo imposto agora pela União. Em lugares como Paraná, Paraíba e Goiás, a conta ultrapassava 30% da receita do ICMS.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Gasolina vai cair mais de 20% com corte de imposto, promete ministro

A gasolina no país deve cair de, em média, R\$ 7,39 por litro para R\$ 5,84 com as medidas adotadas pelo Congresso e pelo governo, afirmou ontem o **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, em audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara. A diferença representa uma queda de 26,5%. Ele afirmou que o governo não tem poder para interferir na política de preços da Petrobras, embora tenha maioria das ações com direito a voto, mas disse que a própria estatal deve avaliar se os altos lucros em meio a crise fazem bem para seu valor de marca.

O ministro destacou que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal decidiram arcar com prejuízo ao pagar seguro de vida para quem morreu durante a pandemia, embora os contratos fossem explícitos ao dizer que esses casos não estavam cobertos pelo plano, como forma de fidelizar seus clientes. Da mesma forma, ressaltou que petroleiras internacionais e o McDonald's aceitaram perder dinheiro ao deixar a Rússia após o país invadir a Ucrânia, segundo ele, para valorizar as suas marcas.

“A pergunta que fica é: qual valor a Petrobras tem dado à sua marca?”, questionou o ministro, sobre as críticas da população aos preços dos combustíveis no Brasil e os lucros bilionários da empresa. “Com todo respeito, a Petrobras é uma companhia de mercado aberto. Cabe a eles tomar essa decisão, não ao governo”, disse. Ele minimizou o fato de o governo ter a maioria das ações com direito a voto e, por isso, indicar o presidente e diretores da estatal. “Quando a gente olha o capital, apenas 39,6% das ações são do governo federal.”

Sachsida defendeu a privatização da Petrobras, mas disse que é uma opinião pessoal sua, como “técnico liberal”, e que o presidente Jair Bolsonaro (PL) ainda não bateu o martelo. “A decisão de privatizar ou não uma empresa é uma decisão

do presidente da República, que não tomou ainda essa decisão, e do Congresso. Não é de um burocrata como o ministro.” Argumentou ainda que essa operação precisa ser casada com um aumento da concorrência, como ocorreu nos EUA.

Na visão do ministro, a criação de imposto sobre lucros extraordinários afastaria investidores internacionais num momento em que eles estão em busca de “diversificar seu portfólio”. Da mesma forma, ele falou contra formar fundo de equalização dos combustíveis porque isso aumentaria a percepção de risco fiscal do Brasil. Os estrangeiros tirariam seu dinheiro do país, o que faria o dólar se valorizar e aumentaria o custo da gasolina. Para compensar isso, seria necessário aportar ainda mais dinheiro no fundo. “Entendo a ideia, mas viraria uma bola de neve.”

Na audiência, ele disse que o governo adotou o caminho certo ao reduzir impostos sobre os combustíveis, o que agora é discutido na Europa e nos EUA. Essa saída, disse, levará a uma redução potencial da gasolina em 21%. No caso do etanol, a queda será menor, de 6,1% - sairá de R\$ 4,87 por litro para R\$ 4,57. O diesel cairá só 1,7% e o gás de cozinha, 2,3%, disse, porque os impostos federais já estavam zerados desde o começo do ano.

O presidente da comissão, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), questionou se o ministro apoia a criação de uma CPI para investigar a empresa, como defendido pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo PL. “Acho que isso é medida eleitoreira do presidente da República, que afugenta os investidores”, disse o deputado. O ministro se esquivou de responder diretamente e disse que a decisão sobre abrir ou não a CPI cabe ao Congresso.

Por fim, Sachida pediu ao Congresso a aprovação de projetos de lei para autorizar a União a ceder à iniciativa os contratos da PPSA para exploração do petróleo da camada do pré-sal, para mudar o regime de partilha do pré-sal para concessões normais, para ampliar o mercado livre de energia e alterações no Código de Mineração. “Estou investindo recursos e esforço nisso. O Brasil tem potencial para se tornar o novo Canadá na mineração, a nova Austrália”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Brasil

Autor: Luísa Martins e Isadora Peron — De Brasília

Título: Sob crítica de Estados, União promete respostas para ICMS

A audiência de conciliação realizada ontem para discutir o ICMS sobre os combustíveis acabou sem acordo definido, mas a União se comprometeu em dar uma resposta ainda hoje às propostas feitas pelos Estados e pelo Distrito Federal. Uma das hipóteses ventiladas foi a de aplicar a alíquota média dos últimos 60 meses em relação ao diesel.

Em outra frente, os governadores entraram com uma nova ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a limitação das alíquotas de ICMS ao percentual máximo de 17% ou 18%, a depender do Estado. A medida foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira. O pedido foi sorteado à relatoria da ministra Rosa Weber.

Na reunião de ontem, intermediada pelo decano do STF, ministro Gilmar Mendes, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) declarou que a alíquota única, combinada com o teto, pode resultar em uma queda de mais de R\$ 130 bilhões na arrecadação.

Ao detalhar as estimativas, o Comsefaz afirmou que só a lei que instituiu a monofasia do ICMS é capaz de gerar perda de R\$ 31 bilhões até o fim deste ano, afetando repasses de 25% para a educação, 18% para a saúde e outros 25% para os municípios. Já o teto das alíquotas poderá ter impacto de R\$ 100 bilhões, dos quais R\$ 64 bilhões seriam destinados à saúde, à educação e aos municípios.

Os governadores, que costumam tributar os combustíveis com percentual na casa dos 25%, têm defendido que o imposto é de competência dos Estados e do Distrito Federal - portanto, as interferências do governo federal em relação a essa pauta comprometeriam a sua autonomia e a sua governabilidade, além de caracterizar violação ao pacto federativo.

Após as estimativas apresentadas pelo comitê, os representantes da União, apesar de defenderem a constitucionalidade de ambas as leis, se disseram dispostos a buscar um consenso e prometeram “analisar com cuidado” as sugestões dos governadores.

Ao abrir a audiência, Gilmar afirmou que o tema é um dos mais importantes para o país neste momento e que todos os entes federativos devem atuar com harmonia em nome do desenvolvimento nacional e do povo brasileiro, que tem sofrido com a alta dos preços.

Na ação contra o teto do ICMS, os chefes dos Executivos estaduais dizem ter havido um “intervencionismo sem precedentes” da União sobre os entes

subnacionais, “por meio de desonerações tributárias heterônomas, em ofensa às regras de repartição de competências postas na Constituição” de 1988.

Na prática, prosseguem, Bolsonaro tem “buscado diuturnamente reduzir as fontes de arrecadação de Estados, Distrito Federal e municípios, com a ampliação do bolo da arrecadação da União”. Segundo os governadores, não se pode admitir que, com tais medidas, os Estados tenham suas contas comprometidas, prejudicando o custeio de serviços essenciais como saúde e educação.

Eles também afirmam que, embora não seja um componente desprezível no valor dos combustíveis, o imposto não é o “vilão” da alta do preço. “O aumento dos preços não decorreu de aumento de alíquotas ou de ajustes de base de cálculo desse tributo, mas da elevação de preços oriunda de uma política econômica equivocada.”

Também apontaram que a desoneração de um imposto indireto pode não repercutir na diminuição do preço do bem e serviço. Eles lembraram que a Petrobras anunciou reajustes à gasolina e ao diesel logo após as últimas medidas do governo, praticamente anulando qualquer redução nos preços.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti — De Lisboa

Título: Mineração em alto mar gera temor em conferência da ONU

Os eventos mais concorridos na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que acontece nesta semana, em Lisboa, fazem referência a algo que ainda não aconteceu, mas tem potencial de criar danos em 90% do bioma marinho - a exploração de minérios em regiões que estão fora das jurisdições nacionais e são conhecidas como alto mar.

A maior ameaça em áreas de mar profundo, que não pertencem a país nenhum, é a mineração no leito do mar afetando a biodiversidade e danificando a vida marinha que ainda nem sequer é conhecida pela ciência.

Na segunda-feira, três países insulares do Pacífico levantaram a bandeira de uma moratória pela exploração minerária em mares profundos - Palau, Fiji e Samoa. Seriam dez anos de prazo para mais estudos. Um parlamentar do Peru presente na sala disse que vai fazer tramitar um projeto de lei que verse nessa direção.

Uma eurodeputada francesa disse que o Parlamento europeu fez três resoluções no mesmo sentido.

O Brasil é um dos 20 países com licença para pesquisar em águas internacionais. Equipes de pesquisadores da Universidade de São Paulo e da Universidade do Vale do Itajaí estudam a existência de depósitos de minerais.

Há formações diferentes, dependendo da geologia do assoalho marinho e da profundidade, entre outros fatores. Uma das áreas de estudos fica a cerca de 1.500 quilômetros da costa do Rio de Janeiro e em profundidades que variam entre 700 metros e mais de 5 mil metros.

Uma das formações é conhecida por nódulos e pode ter cobalto, níquel, cobre e manganês. Outra são as “crostas” e têm cobalto, manganês, titânio, níquel e vários elementos conhecidos por “terras raras”. “A procura é para baterias e carros elétricos”, explica Matthew Gianni, um dos fundadores e conselheiro político da Deep Sea Conservation Coalition (DSCC), uma rede formada em 2004 e que reúne mais de cem organizações ambientais, de pesca, de direito e de pesquisa.

O interesse brasileiro também se expressa pelos três pedidos feitos à Comissão de Limites da Plataforma Continental, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Unclos, na sigla em inglês). Em um dos pedidos, o governo brasileiro expressa a intenção de aumentar em 2,1 milhões de quilômetros quadrados (área equivalente à da Groenlândia) o tamanho do território nacional no Atlântico, a chamada água jurisdicional. Isso ampliaria a Amazônia Azul em 58%.

“Os oceanos estão com problemas, estamos colocando os oceanos em risco. Sou testemunha destas mudanças”, disse a bióloga marinha e oceanógrafa americana Sylvia Earle, 87 anos, uma das mais famosas cientistas dos mares do mundo, em um dos painéis em Lisboa.

“Aqui estamos, pela primeira vez, com capacidade de acessar o mar profundo. Podemos explorar e transformar em produtos algo que talvez não precisemos neste momento da história”, seguiu. “Mineração tem custos ambientais. Em terra, ao menos, podemos monitorar o que está acontecendo. Mas a milhares de metros de profundidade, quem estará olhando?”, questionou. Ela lembrou que a ciência nem sequer conhece o que há no fundo dos oceanos.

Apenas 20% do assoalho dos oceanos no mundo foi mapeado, disse o almirante Rhett Hatcher, do UK Hydrographic Office.

“O que pode acontecer, a partir de 2023, é a possibilidade de se abrir uma frente de mineração industrial no fundo do mar em escala muito maior do que existe hoje em terra”, diz Gianni. “E com impacto também nas espécies que vivem na coluna de água e que conhecemos menos ainda”, segue.

“Ninguém pode minerar sem a permissão da comunidade internacional”, continua ele. Gianni explica que ainda não há exploração minerária nos oceanos, mas há pressão de algumas empresas. Noruega e Japão são países que vêm manifestando interesse na exploração de minerais em águas profundas.

O Brasil é um dos 167 signatários da Convenção. Os Estados Unidos não assinaram. A International Seabed Authority (ISA) é a entidade do sistema ONU que libera as licenças.

“É uma entidade controversa e pouco democrática. Precisa ser reformulada”, afirma Gianni.

Em julho de 2023, em razão de um mecanismo disparado na ISA pela pequena República de Nauru, na Oceania, abriu-se a possibilidade de a exploração comercial ser iniciada.

Em agosto, em Nova York, contudo, espera-se que os países cheguem a um acordo sobre a conservação da biodiversidade em águas além das jurisdições nacionais, o que poderia impedir a exploração minerária.

A jornalista viajou a Lisboa a convite da Earth Journalism Network e da Fundação Calouste Gulbekian

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Política

Autor: Renan Truffi, Vandson Lima e Edna Simão — De Brasília

Título: Governo acena quadruplicar vale-gás

De olho nas eleições de outubro, o governo negocia agora tornar mensal o pagamento do vale-gás, o que hoje é feito a cada dois meses, e zerar a fila do programa Auxílio Brasil ainda em 2022. O **Valor** apurou que as modificações podem elevar de R\$ 34,8 bilhões para R\$ 38 bi o impacto fiscal da proposta de

emenda à Constituição (PEC) 16, chamada de “PEC dos combustíveis”, que está em tramitação no Senado. Os cálculos ainda estão sendo revisados, no entanto, pela equipe econômica.

As possíveis modificações fizeram, inclusive, o relator da proposta, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), adiar mais uma vez a apresentação do seu parecer final. A expectativa é que o texto da PEC seja, enfim, apresentado hoje, quando também está prevista uma entrevista coletiva de Bezerra Coelho. A equipe de comunicação do senador explicou ontem que relator precisava justamente “refazer as contas” para não extrapolar o orçamento previsto para a proposta.

O assunto tem gerado apreensão de integrantes da equipe econômica. “[O que mais preocupa é] o tamanho do cheque. Com as reduções tributárias da Lei Complementar 194, [todas as medidas] já estão na casa dos R\$ 50 bilhões. A PEC não trata de tributos, mas haverá limites”, disse um interlocutor.

Também ainda não está claro se, com esse novo adiamento na apresentação do texto, a votação da PEC no plenário está mantida para esta quarta. No Senado, quando o parecer é apresentado no mesmo dia da votação, líderes costumam reclamar de falta de tempo para leitura e reagem com pedidos de adiamento.

Uma das novidades do texto final pode ser o pagamento mensal e integral do chamado vale-gás, que hoje garante apenas 50% do valor do botijão a cada bimestre. Se isso for aprovado pelo Senado, o benefício vai quadruplicar de tamanho: o valor do programa saltaria de R\$ 53, a cada dois meses, para algo em torno de R\$ 120 a cada 30 dias. A mudança, se aprovada, duraria até dezembro de 2022.

Outra possibilidade que está sendo discutida junto ao Ministério da Economia é a inserção de um mecanismo na PEC dos Combustíveis para zerar a fila do programa Auxílio Brasil já em 2022.

Essa possibilidade já havia sido anunciada pelo relator da proposta na semana passada, mas não previa acabar com a fila ainda neste ano, como está sendo cogitado agora. Apesar disso, não está claro com qual parcela de recursos isso seria custeado. Atualmente, a fila do Auxílio Brasil tem um milhão de famílias à espera para ingressar no programa social que substituiu o Bolsa Família.

De acordo com uma fonte do Ministério da Cidadania, zerar a fila do programa não é tão simples como os parlamentares fazem parecer. “Isso depende do Orçamento que o Ministério da Economia liberar. No início do ano, com os

recursos viabilizados pela PEC dos Precatórios, o governo zerou a fila do Auxílio Brasil. Para acontecer de novo, é preciso ter disponibilidade orçamentária”, ponderou um auxiliar da pasta.

Além disso, a PEC vai elevar o valor do tíquete do programa de transferência de renda até o fim do ano, de R\$ 400 para R\$ 600, o que terá um impacto financeiro de R\$ 21,6 bilhões para os cofres da União. Por fim, a proposta final também trata do pagamento de benefício de R\$ 1 mil para caminhoneiros autônomos, o que ficou conhecido como “Pix Caminhoneiro”.

No caso dos caminhoneiros, a área técnica do governo está avaliando como fazer o pagamento do benefício, já que não haveria um cadastro semelhante ao utilizado para os benefícios sociais.

O outro obstáculo é a Lei das Eleições, que proíbe a criação de novos benefícios por parte da administração pública em ano eleitoral. Por conta disso, o assunto está sendo analisado com lupa por uma equipe da Advocacia-Geral da União (AGU), que está discutindo a legalidade do texto formatado por Bezerra.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Política

Autor: Matheus Schuch — De Brasília

Título: Em comício com Bolsonaro, Lira faz promessa

Em um evento em clima de campanha eleitoral em seu Estado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem, ao lado do presidente Jair Bolsonaro, que o Congresso deve apoiar as iniciativas do governo para ampliar benefícios sociais neste momento de alta inflação. Uma das medidas, afirmou, garantirá um botijão de gás por mês a famílias de baixa renda.

Hoje, o governo paga R\$ 53 a cada dois meses aos beneficiários. A intenção do governo é dobrar o valor, além de torná-lo mensal.

“Esta semana, nasce já no Congresso, junto com o presidente Bolsonaro, a ideia do governo de dar a todos os integrantes do Renda Brasil mais R\$ 200 para ajudar neste sofrimento. E para aprovarmos o dobro do vale-gás para os mais necessitados. Quem recebe um botijão a cada dois meses vai receber um botijão de gás a cada mês”, assegurou Lira.

As medidas, apresentadas pelo governo a cerca de três meses das eleições, foram aplaudidas pela plateia. Em Alagoas, o número de beneficiários do Auxílio Brasil é superior ao de trabalhadores com carteira assinada. O impacto fiscal da medida mencionada por Lira ainda é desconhecida e o governo discute a criação de novos benefícios sociais para entrar em vigor em plena campanha, o que é proibido pela legislação eleitoral.

O presidente da Câmara elogiou o “sentimento” de Bolsonaro sobre os problemas do país. Seu discurso foi antecedido pela fala do senador Fernando Collor (PTB-AL). O ex-presidente da República, que deve disputar o governo do Estado com o apoio do presidente, puxou gritos de “Bolsonaro, Bolsonaro” junto à plateia e enalteceu sua gestão no Planalto.

Já o presidente evitou detalhar a ampliação do vale-gás, mencionada antes por Lira, mas lembrou medidas adotadas por seu governo e prometeu “atender ao povo nas consequências da pandemia”. “Veio a inflação, mas estamos lutando contra ela”, sustentou.

Bolsonaro também exaltou o reajuste que pretende conceder no valor do Auxílio Brasil, ideia que se opõe aos discursos do próprio presidente no início do ano, quando considerava irresponsabilidade fiscal ampliar os aportes em programas de transferência de renda.

“No dia de hoje, está a Câmara e o Senado discutindo uma PEC que nós passaremos o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600. Deixo claro que outras medidas estão sendo tomadas. E em certas condições, as mulheres que são mães passam a ganhar R\$ 1.200. Ou seja, é um governo que tem olhar especial pelos mais humildes.”

O evento, em Maceió, foi promovido oficialmente para entrega de moradias populares. Antes de subir ao palanque, Bolsonaro participou de uma motociata por aproximadamente uma hora pelas ruas da capital alagoana, acompanhado de Collor e outros aliados.

Pai do presidente da Câmara, o ex-senador Benedito Lira, hoje prefeito de Barra de São Miguel, também ganhou espaço entre as autoridades e discursou antes de Bolsonaro. Ele encerrou a fala entre aplausos e protestos da plateia, que exigiam que o microfone fosse entregue ao presidente. Exaltado, chegou a trocar xingamentos com alguns populares.

Mais tarde, Bolsonaro acompanhou uma cerimônia para entrega de obras de restauração da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, na capital alagoana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Opinião

Autor: Juliana Melcop e Marcos Cintra

Título: Conta de luz: ações têm consequências

Que a tarifa de energia elétrica no Brasil é alta, ninguém discute. Todos os meses a fatura nos lembra esse fato, a despeito de nossa expressiva dotação natural em recursos hídricos, radiação solar, vento, petróleo, gás e biocombustíveis. Para se ter uma ideia, entre janeiro de 2013 e maio de 2022, a tarifa média de energia subiu 120%, de R\$ 300,20/ MWh para R\$ 662,66/MWh. A inflação no período correspondeu a 78%, em grande parte devido aos aumentos da própria conta de luz.

Esses valores chamam a atenção, especialmente pelo fato de o preço de aquisição de energia elétrica vir caindo a cada leilão. Em 2019, por exemplo, o preço médio da eletricidade no Leilão A-6, no qual variadas fontes sagraram-se vencedoras, foi de R\$ 176,09/ MWh. Qual seria a razão, então, para esse aumento desenfreado da conta na última década?

De início, é preciso elucidar que a tarifa de energia é composta por três grandes grupos de custo: preço da energia elétrica, encargos setoriais e tributação (PIS, Cofins e ICMS). O preço da energia em si representa 51% da conta de luz; os 49% restantes são impostos, encargos e subsídios, muitos deles embutidos nas faturas de energia por jabutis inseridos em medidas provisórias e projetos de lei.

Em 2021, subsídios cruzados oneraram o consumidor em R\$ 59 bilhões e representaram 17% da tarifa

Embora serviço essencial, o que ensejaria tratamento diferenciado, a eletricidade no Brasil é fortemente tributada. O consumidor residencial e os pequenos negócios pagam em média 22,2% de ICMS sobre a conta de luz. Hoje, esse percentual corresponde a R\$ 206,89 por MWh e já permitiu que os Estados arrecadassem mais de R\$ 16 bilhões apenas nos três primeiros meses de 2022. No Rio de Janeiro, onde a tarifa residencial ocupa o 2º lugar no ranking nacional, a tributação incidente sobre a energia pode alcançar a alíquota de 32%, o que

eleva o valor de R\$ 802,20/MWh para R\$ 1.220,97/MWh e faz o peso dos impostos ultrapassar 50%.

Embora a energia tenha alíquotas elevadas, que contribuem para que atinja patamares de preço cada vez mais altos ao longo dos anos, o fator preponderante são os encargos setoriais. Há uma sopa de letras embutida na tarifa (CDE, EER, ESS, Proinfa etc), em grande parte formada por subsídios cruzados, que, no ano passado, oneraram o consumidor em R\$ 59 bilhões e chegam a representar 17% da tarifa, segundo a Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Em 2022, estima-se que o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) equivalerá a mais de R\$ 32 bilhões, um crescimento de 34,2% em relação ao ano passado. Desse montante, R\$ 30,21 bilhões serão diretamente pagos pelo consumidor, o que corresponde a uma parcela de R\$ 67,00/MWh na tarifa média por residência. Os maiores custos da CDE são os subsídios relacionados aos descontos concedidos às fontes renováveis para uso da rede de distribuição e transmissão e à utilização de combustíveis fósseis em sistemas isolados.

Sozinhos, esses subsídios equivalem a R\$ 11 bilhões ao ano, ou seja, mais de um terço da CDE.

Apesar de a Lei 14.120/2021 ter previsto a extinção dos subsídios às fontes renováveis, há quase 200 GW em projetos aguardando autorização regulatória para serem instalados e receberem o benefício. Esse número representa o dobro da totalidade do atual parque gerador brasileiro, o que sugere a extensão do subsídio por mais tempo e por um montante consideravelmente superior ao esperado. Por outro lado, a substituição de óleo combustível e diesel nos sistemas isolados caminha a passos lentos, o que torna imprevisível a extinção dessa subvenção.

A luz no fim do túnel parece na verdade cada vez mais distante. A lei que permitiu a capitalização da Eletrobras, por exemplo, trouxe consigo diversos novos subsídios. A legislação criou reserva de mercado equivalente a 10 GW, sendo 2 GW para usinas hidrelétricas de pequeno porte e 8 GW para termelétricas a gás natural, estas últimas a serem instaladas em locais pré-determinados, onde inexistente o próprio suprimento de combustível, numa espécie ainda mais extravagante de jabuti. Para o atendimento às termelétricas, será necessário construir extensos e custosos gasodutos, os quais também deverão ser arcados pelo consumidor de energia e/ou pelo contribuinte.

A Lei 14.182/2021 também prorrogou por mais 20 anos, sem licitação, os contratos do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), pagando a empreendimentos já amortizados preços de energia muito acima dos valores atualmente pagos em leilão para as mesmas fontes, agora com tecnologia mais moderna. Estima-se que a lei de capitalização da Eletrobras, com suas reservas de mercado e a prorrogação do Proinfa, deva custar R\$ 78 bilhões ao consumidor nos próximos anos.

O quadro de reservas de mercado, encargos, subsídios e tributos elevados demonstra que a resposta para uma energia mais barata não deve vir apenas da redução dos custos de geração propriamente ditos, mas também do fim das subvenções. Subsídios podem e devem existir para certas categorias, a exemplo dos usuários de baixa renda, beneficiados pela tarifa social. É preciso definir, no entanto, critérios objetivos para sua criação, pagamento e extinção, assim como metas de eficiência, de modo a evitar as práticas de rent seeking infelizmente usuais no setor.

Não há energia grátis. Todas as ações têm consequências, sejam de agentes, do Parlamento ou do Executivo. O momento de preços inflacionados destaca a importância da persecução dos objetivos de modicidade e realismo tarifário, pilares do setor elétrico e um clamor da sociedade.

Juliana Melcop, advogada com atuação no setor de energia, é mestra (UFPE) e doutoranda em Direito (USP).

Marcos Cintra, executivo do setor de petróleo, gás e energia, é mestre em Políticas Públicas (IE-UFRJ) e doutor em Energia (IEE-USP)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues — De São Paulo

Título: Leilão de transmissão prevê aporte de R\$ 15,3 bi

O leilão de transmissão marcado para amanhã pode gerar investimentos de até R\$ 15,3 bilhões caso todos os 13 lotes ofertados sejam arrematados, segundo estimativas feitas pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o leilão ocorre a partir das 10h,

na sede da **B3**, em São Paulo. Os 13 lotes preveem construção e manutenção de quase 5,5 mil km de linhas de transmissão e as subestações.

Nos cálculos do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, o certame deve ter maior oferta de investimentos desde 2019. O segmento de transmissão é considerado o mais seguro do setor elétrico, totalmente regulado e o vencedor ganha um contrato de 30 anos indexado ao IPCA. Também não há espaço para ingerência política.

Mas o cenário atual de inflação e desarranjo da cadeia logística mundial pode criar desafios aos investidores. Para o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde de Castro, as condições macroeconômicas mudaram e a inflação é o principal elemento que tem aumentado os orçamentos e isso pode não ter sido captado na formulação dos custos dos empreendimentos, já que os valores foram divulgados com bastante antecedência.

“Por outro lado, a inflação acaba ajudando o negócio, porque a tarifa é indexada e se tem um antídoto para isso. Deve ter uma demanda grande, já que é o negócio mais seguro do setor elétrico, sem risco regulatório e o Congresso não pode se meter nem dar palpite, como vem fazendo nos segmentos de geração e distribuição”, analisa.

Os empreendimentos, com prazo de conclusão de 42 a 60 meses, contemplarão os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Os lotes 1, 2 e 3 são os que chamam mais atenção pela robustez dos investimentos: quase R\$ 12,3 bilhões. O maior deles é o 2, que corta Minas Gerais e São Paulo com 1,7 mil quilômetros. O lote vai expandir a capacidade de transmissão do Norte de Minas Gerais.

O valor global da Receita Anual Permitida de referência (RAP máxima) a ser paga aos empreendedores é de R\$ 2,2 bilhões. A disputa dos lances se dará pelo valor de Receita Anual Permitida (RAP). Vencerá quem apresentar a menor RAP em reais por ano.

O head Estratégico-Financeiro da Thymos Energia, André Fonseca, avalia que o certame será de grande competição com a presença das tradicionais empresas do setor, mas os custos dos projetos podem ser maiores. “Temos cenário de

capex mais alto e custo de dívida mais caro, o que reflete em RAPs mais altas. Mesmo assim, a expectativa é de deságios elevados.”

Hoje o Brasil tem quase 170 mil quilômetros de linhas de transmissão, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Mesmo assim, o segmento ainda sofre com gargalos para escoar a produção de energia. A meta é que até 2026 o país tenha quase 202 mil quilômetros de linhas.

“A ampliação da malha de transmissão permite a melhor gestão dos recursos energéticos. Na região Nordeste, amplia a possibilidade de escoamento da geração das novas renováveis - principalmente eólica. Além disso, o leilão traz outros benefícios, como a melhora nas condições de atendimento dos Estados do Acre e Amazonas, em especial a integração da região de Humaitá (AM), que atualmente é isolado do Sistema Interligado Nacional (SIN)”, disse o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi.

Castro, da UFRJ, diz que o leilão segue em linha com a estratégia que os formuladores do setor elétrico têm adotado para atender o potencial crescimento da geração renovável no Brasil. “O leilão é para atender demandas previstas em função do crescimento das fontes eólica e solar, que exigem um número de linhas mais capilares, atendendo 13 Estados, com prazo máximo de entrega de cinco anos, São lotes pequenos, médios e grandes, ou seja, na estratégia que o ministério, Aneel e ONS estão aplicando desde 2017, quando houve a retomada dos leilões.”

No setor de transmissão, a expectativa é boa. A Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) acredita que todos os lotes serão leiloados com fortes descontos. Grandes nomes já confirmaram a participação, como Engie, Copel, CPFL, Taesa e Isa Cteep.

“A expectativa é a mesma dos últimos leilões, ocasiões em que foram arrematados todos os lotes. No último leilão [em 2021], a situação era idêntica à atual e o deságio foi acima de 50%. Portanto, esse viés de fortes deságios pode se repetir”, diz o diretor técnico da Abrate, Geraldo Pontelo.

O dirigente afirma que o investimento em cada lote de empreendimento a ser disputado é calculado pelo Banco de Preços de Referência da Aneel, cujos valores nominais continuam os mesmos em relação ao último leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/06/2022****Seção: Empresas****Autor: Fábio Couto e Francisco Góes — Do Rio****Título: Andrade toma posse sem discurso na Petrobras**

Paes de Andrade toma posse como presidente da Petrobras e busca se informar sobre verbas de publicidade e indicações ao conselho da empresa

Um dia após tomar posse como presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade participa hoje de sua primeira reunião no conselho de administração da companhia. Na petroleira, o CEO também integra o colegiado, responsável por definir as estratégias de negócios da empresa. Ontem, Paes de Andrade assumiu como presidente, na sede da companhia, no Rio, em um ato classificado pela empresa como “agenda interna”. O evento não teve transmissão pela internet e o executivo não discursou como costuma ser o rito na estatal. No fim da manhã, a Petrobras divulgou foto da posse.

O **Valor** apurou que, depois de assinar o livro de posse, Paes de Andrade conversou com executivos da empresa, e manifestou interesse sobre dois temas: as verbas de publicidade da estatal e a eleição do novo conselho de administração da companhia em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ainda a ser marcada.

Como noticiou ontem o **Valor**, Paes de Andrade tinha dado indicações, antes da posse, que uma de suas primeiras preocupações é se inteirar sobre a verba de publicidade. Em 2021, a Petrobras gastou R\$ 138 milhões em publicidade, 89% a mais do que a média dos dois primeiros anos do atual governo. O controle da verba publicitária é ainda mais estratégica neste ano, embora a partir do começo de julho a Petrobras tenha restrições para fazer campanhas por força da legislação eleitoral.

O jornal “O Globo” publicou ontem que no dia 19 de julho vencem os contratos das agências DPZ e Propeg, responsáveis pelas campanhas publicitárias da estatal desde 2017. A empresa abriu, no começo do ano, processo de concorrência para escolher duas agências para gerenciar verba estimada em R\$ 375 milhões para dois anos e meio de contrato, informou o jornal. Há oito agências no páreo: Ogilvy, Propeg, DPZT, Artplan, Binder, Heads, Agência Nacional e Nova SB.

O interesse do governo sobre as verbas de publicidade da Petrobras vem da época em que Roberto Castello Branco ocupava a presidência da empresa, dizem fontes. Castello Branco foi o primeiro presidente da Petrobras no governo Bolsonaro. Acabou demitido pelo presidente da República em fevereiro de 2021. Desde então a Petrobras teve mais dois presidentes eleitos - Joaquim Silva e Luna e José Mauro Coelho - e um interino, o diretor de exploração e produção da estatal, Fernando Borges, que ficou no cargo entre a renúncia de Coelho, no dia 20, e a posse de Paes de Andrade, ontem.

Na posse, Paes de Andrade também buscou informações sobre a realização da AGE, que irá eleger o novo conselho da empresa até abril de 2023, e fez sondagens sobre o andamento da análise dos candidatos ao colegiado da petroleira. Dos oito nomes indicados pela União para o conselho, apenas o de Paes de Andrade foi avaliado até agora pelo Comitê de Elegibilidade (Celeg), ligado ao Comitê de Pessoas (COPE), da empresa. Os outros sete nomes ainda terão que passar pela análise do Celeg e a perspectiva, ontem, era que esse processo não esteja concluído antes de meados de julho. Dois nomes devem enfrentar dificuldade para serem aprovados: Ricardo Soriano de Alencar, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro, secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República. Alencar tem conflito de interesses uma vez que a PGFN defende a Fazenda em processos contra a Petrobras. Castro precisaria se desvincular da Casa Civil para assumir.

Ontem a FUP, Residentes da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras e Anapetro ingressaram com ação popular, na Justiça Federal do Rio, contra a nomeação de Paes de Andrade. Na ação, alegam que a posse como CEO viola o Estatuto da Petrobras, a Lei das Estatais e a Lei das Sociedades Anônimas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Empresas

Autor: Nelson Niero, Valor — São Paulo

Título: Assembleias de acionistas tendem a ficar mais complexas, diz diretor da Petrobras

As assembleias de acionistas tendem a se tornar mais complexas no Brasil à medida que aumenta o número de companhias sem controlador definido, disse

o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Rodrigo Araújo Alves, durante evento em São Paulo.

“Tivemos casos recentemente de assembleias que duraram várias horas e tiveram que ser paralisadas por algumas horas ou se prolongaram pelo fim de semana”, comentou Alves durante o painel “A transformação digital nas empresas e o RI do futuro”, no segundo e último dia do 23º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri) e pela Associação Brasileira de Companhias de Capital Aberto (Abrasca).

A Petrobras tem controlador bem definido, mas também passou por experiência similar nos últimos encontros. A assembleia de abril da estatal, que elegeu o conselho de administração, durou mais de sete horas, com paralisação de duas horas e erro na contagem de votos. “A complexidade aumentou muito, com várias mudanças durante a assembleia”, disse.

Além do gigantismo da Petrobras e da questão política que envolve as estatais, Alves lembrou que o setor de energia passa por um processo de transição, o que também acaba acirrando os ânimos dos acionistas.

“O ativismo cresceu e vai crescer ainda mais”, disse Alves, referindo-se aos fundos ativistas ligados à questão climática que tentam eleger conselheiros em empresas de petróleo, como aconteceu na americana ExxonMobil. “Várias empresas de setor tiveram assembleias bastante complicadas.”

Para ele, há um desafio tecnológico a ser enfrentado para facilitar a participação dos acionistas, principalmente os minoritários. “O voto em assembleia é o direito básico do acionista, é uma questão prioritária.”

Alves acredita que a transformação digital dos últimos anos, acelerada pela pandemia, ajudou muito no relacionamento da empresa com os investidores. Ele destacou o fato de haver muito mais informações disponíveis, principalmente em setores altamente regulados como de energia, o que facilitou muito a vida o executivo de relações com investidores.

O trabalho muitas vezes consiste em organizar e mostrar ao investidor onde estão as bases de dados que o investidor busca, que já são informação pública.

“Há um mito que vem perdendo força com relação ao que é informação sigilosa”, disse Alves. “Às vezes você acha que tem um dado secreto de estoque, mas faz

uma busca na internet e descobre que alguém já chegou a uma estimativa bem próxima usando imagens de drone e os dados de mercado disponíveis.”

Isso não muda, ressaltou, a preocupação com a simetria na divulgação das informações ao mercado. “Isso está no sangue do RI”, disse. E, complementou, os advogados continuam vigilantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Empresas

Autor: Fábio Couto — Do Rio

Título: Light blindada rede elétrica contra furto de energia

A Light aposta na blindagem da rede para reduzir suas perdas comerciais e elevar as receitas de forma mais expressiva. O principal pilar da iniciativa da distribuidora é uma caixa blindada, que concentra um grupo de medidores monitorados por um exército de sensores, de forma a evitar qualquer tentativa de acesso não autorizado.

Esses sensores estão conectados ao centro de operações da empresa, que recebe as informações em tempo real. Iniciado no ano passado, ainda em fase de testes, o projeto do “cofre hi-tech” é de médio prazo, com perspectivas de que a recuperação da energia acelere à medida que se aumente o alcance. O dispositivo está instalado em 24 mil clientes localizados em áreas marcadas pelo alto índice de furto de energia.

O plano de blindagem de redes demandou R\$ 450 milhões em investimentos em 2021, 37,5% do total da ordem de R\$ 1,2 bilhão aportado no ano passado pela distribuidora. Para este ano, a Light estima investir R\$ 1,150 bilhão, sendo R\$ 550 milhões (47,8% do total) destinados ao combate às perdas. “Temos capacidade operacional de realizar ainda mais investimentos”, salientou Thiago Guth, diretor de Operações Técnicas e Comerciais da Light.

Os investimentos são reavaliados a cada trimestre pela empresa e podem ser acelerados caso o caixa da companhia comporte, contou Gisomar Marinho, diretor financeiro e de Relações com Investidores da Light, empresa que possui uma área de concessão de 31 municípios no Estado do Rio de Janeiro, inclusive a capital, fornecendo energia para 11,6 milhões de pessoas.

A ambição é que a recuperação da receita permita à Light reduzir a dívida bruta, da ordem de R\$ 12,5 bilhões

Por sinal, os aportes no programa de combate às perdas são feitos por meio de recursos próprios. A ambição da empresa é que a recuperação da receita seja expressiva a ponto de fazer com que a Light possa reduzir sua dívida bruta, hoje da ordem de R\$ 12,5 bilhões. De acordo com Marinho, até o ano passado, a empresa vinha rolando a dívida, visando reduzir taxa de juros.

A partir do ano que vem, quando o mercado creditício tenderá a se normalizar, a Light voltará ao plano de rolar a dívida, alongando prazos e reduzindo taxas.

Caso a receita acelere, como resultado do programa de queda nas perdas, a expectativa é que a Light possa ir além da rolagem de seu passivo, hoje lastreado em dois indicadores: juros (Selic) e inflação - a taxa Selic encontra-se em 13,25% e o IPCA, acima de 12% quando se olha os últimos 12 meses.

“A ideia é que, gerando caixa suficiente para fazer frente aos investimentos da companhia, a Light comece a deixar de rolar dívida e sim, [passe a] reduzir o endividamento”, disse Marinho.

Plano é tornar o furto de energia tão complexo que fique caro demais para os infratores praticar a ilegalidade

Os primeiros resultados já começaram a aparecer: no primeiro trimestre deste ano, a companhia registrava nível de perdas de 26,50%, contra nível de 27,18% verificado em igual período do ano passado. Além disso, a taxa de arrecadação cresceu 1,2 ponto percentual nos primeiros três meses de 2022, na comparação anual, para 97,5%. “Estamos percebendo uma tendência positiva para a questão das perdas e para a melhoria da arrecadação”, disse Guth. Nas regiões onde há instalação da blindagem, as perdas caíram para 10%.

Com capacidade de até 44 medidores inteligentes - os visores são instalados nos imóveis, para monitoramento pelos consumidores - a caixa é resistente a tiros de fuzil e fica instalada no alto de postes, próxima aos transformadores. A tecnologia utiliza até mesmo ferramentas de inteligência artificial para barrar qualquer iniciativa contra a rede da empresa.

Tentativas de violação da caixa podem resultar no desligamento da energia para todos os consumidores associados aos medidores. A empresa já verificou denúncias de clientes contra vizinhos que tentavam abrir o dispositivo para furtar

energia, ganhando aliados na luta contra as perdas. Além da caixa, a Light possui versões blindadas de painéis para condomínios, seguindo a mesma configuração. O nível de sofisticação é tão grande que a abertura das caixas para eventualidades só se dá com autorização remota, pelo centro de controle da distribuidora.

Parte dos investimentos foi destinada à melhoria da gestão operacional, com treinamento, educação e qualificação dos funcionários, além do fortalecimento da estrutura de compliance e instalação de ferramentas de controle e de TI, a fim de evitar a participação de funcionários em esquemas de furto de energia.

A empresa também concentrou esforços na melhoria da sua gestão administrativa, tendo na troca de medidores obsoletos, alguns com mais de 30 anos de uso, como principal iniciativa. Guth afirmou que a Light contabiliza a troca, desde o ano passado, de 124 mil medidores antigos, analógicos, por outros modernos, digitais.

O plano da Light com a iniciativa é tornar o furto de energia tão complexo que o custo suba a ponto de deixar a ilegalidade cara demais. “Estamos encarecendo o mercado paralelo”, afirmou Guth. Além disso, a empresa vem aprimorando a ferramenta, de modo a torná-la ainda mais eficiente. Contatos com universidades e centros de pesquisa estão em andamento, bem como realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento para estudar a evolução da blindagem.

A Light trabalha em três frentes, segmentadas por tipo e característica. A primeira frente envolve áreas nobres, cuja reincidência de furtos é baixa, da ordem de 14%. Nessas regiões, a atuação da Light é tradicional. A segunda frente, que concentra a maior parte dos investimentos em combate a perdas, envolve regiões de reincidência muito elevada, entre 40% e 60%. É nestes locais que a empresa aposta na blindagem de rede.

Já a terceira frente relaciona-se com comunidades, onde o trabalho requer mais aproximação, para estabelecer uma relação de confiança, num modelo de contrapartidas sociais. Neste modelo, a Light reduz tarifas, realiza trabalhos de eficiência energética, melhora a infraestrutura de rede, sempre comprometida pelos furtos de energia, e promove projetos sociais - especialmente esportivos e culturais.

Até chegar a esta estratégia, a Light enfrentou muitas tentativas de reduzir as perdas. A questão passou, inclusive, pela regulação. A Light precisou convencer a Aneel a reconhecer nas revisões tarifárias periódicas as perdas comerciais acima dos limites regulatórios estabelecidos pela agência, diante do fato de existirem

regiões onde o acesso e o risco associado impedem iniciativas mais assertivas para a recuperação, entre outros aspectos.

No ano passado, a agência reguladora reconheceu a situação e permitiu que a Light repassasse o custo da energia perdida para as tarifas, o que abriu espaço para a nova estratégia para combater o furto de eletricidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Empresas

Autor: Fábio Couto — Do Rio

Título: Planos da distribuidora para vender fatia em Belo Monte

A Light está à espera da formação de um bloco de participação de outros acionistas na Norte Energia, dona da hidrelétrica de Belo Monte, para sair de vez do negócio e se concentrar no “core business”, contou ao **Valor** o diretor financeiro e de Relações com Investidores da companhia, Gisomar Marinho.

A Light possui 2,5% de participação em Belo Monte e está em negociações com Cemig e Neoenergia para uma oferta conjunta das fatias das três empresas a eventuais interessados no negócio, como forma de obter atratividade.

“Ninguém vai querer comprar apenas 2,5%”, disse Gisomar. Assim como a Light, a Cemig tem realizado venda de ativos não relacionados à atividade da empresa e já anunciou interesse em se desfazer da participação.

A mineira formou com a Light uma sociedade de propósito específico (SPE) chamada Amazônia Energia, que detém 9,77% da Norte Energia. Além disso, a Neoenergia possui 10% da hidrelétrica de 11.233 megawatts (MW), localizada no Pará, e também já manifestou interesse em sair do empreendimento. Assim, uma negociação em bloco resultaria na venda de quase 20% de participação na megalusina.

Também são acionistas da Norte Energia a Eletronorte, Chesf, Sinobras, J. Malucelli, Vale, Petros, Funcef e Sinobras, além da Cemig, Neoenergia e Light.

Além da Norte Energia, a Light concluiu na semana passada a venda da participação de 51% na empresa de geração Lightger, dona da pequena central hidrelétrica (PCH) Paracambi, e de 100% da Guanhães Energia, dona das PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Fortuna II e Jacaré, para a Brasal Energia.

O negócio totalizou R\$ 200,754 milhões para a distribuidora. A venda também se deu em conjunto com a Cemig, sócia da Light nas usinas.

Esses recursos, além da rolagem da dívida, ajudam a reforçar o caixa da empresa, beneficiado com a revisão tarifária da companhia, que aconteceu em março deste ano - esse processo acontece a cada cinco anos, no caso da distribuidora. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reajustou as tarifas da empresa em média em 14,68%.

Nesse sentido, um dos desafios da empresa, principalmente na realização de investimentos, é demonstrar que a maior parte da tarifa não se destina para o caixa da companhia. A empresa aposta também na educação dos consumidores, para que eles entendam como se configura a conta de luz.

A parcela que cabe à Light é destinada para o pagamento de fornecedores, prestadores de serviço, salários e para a remuneração dos acionistas, bem como a realização do plano de investimentos.

“A cada R\$ 100 que o consumidor paga, a Light só fica com R\$ 16, aproximadamente. O restante pago são tributos e encargos do setor, que representam mais de 40%, custos da geração e da transmissão e outros custos”, explicou Gisomar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/06/2022

Seção: Agronegócios

Autor: Érica Polo — De São Paulo

Título: Aumento do diesel acelera planos da Andali em Goiás

Com frete mais caro, novo terminal de adubos atrai negócios

O aumento dos preços do diesel, que eleva o custo dos fretes rodoviários, tem levado empresas e produtores do agro a intensificar a busca por alternativas às rotas usuais que unem a região central do país aos portos do litoral. O impacto desse aumento de despesas sobre as planilhas de custos, porém, é um dos fatores que contribuíram para impulsionar os negócios do novo terminal de adubos da Andali S/A - joint venture entre a CHS Agronegócios (50%), braço brasileiro da maior cooperativa agrícola dos Estados Unidos, BRFertil Fertilizantes (26,5%) e duas holdings fundadoras (23,5%) - em Rio Verde (GO).

A companhia, que já opera um terminal em Rondonópolis (MT), vê a conjuntura e o tamanho do mercado local como fatores para uma rápida expansão. O projeto deverá contribuir para multiplicar a receita, que foi de R\$ 60 milhões em 2021 e chegará a R\$ 150 milhões no ano que vem, calcula a empresa.

“Já enxergávamos [em Rio Verde] uma boa oportunidade pelo potencial de compras. Goiás e Mato Grosso respondem mais de 30% do mercado consumidor [de adubos]”, diz Rafael Vaccari Gonçalves, diretor presidente da Andali, sediada em Curitiba. Mesmo com a explosão de preços dos fertilizantes (que tem levado à redução de uso do insumo), o Centro-Oeste reúne alguns dos maiores produtores do país, que não deixaram de ampliar áreas de cultivo.

O terminal “bandeira branca” de adubos da Andali, o primeiro no município com essa característica, começou a prestar serviços de transbordo e armazenagem em abril. O local conta ainda com uma fábrica misturadora, que entrou em operação no mês passado. Com uma forcinha do contexto econômico, em 12 meses, os negócios caminharam com celeridade, conta Gonçalves. Gigantes como Yara - que acabou de fechar uma unidade em Catalão (GO) -, Mosaic, Nutrien, grupo Fertipar, além da marroquina OCP, firmaram contratos com a empresa - seja para só armazenar, misturar ou ambos.

A subsidiária da Yara no Brasil, aliás, deve começar a terceirizar parte de seu processo de produção regional na fábrica da Andali em julho. A alternativa permite às indústrias trazer o fertilizante por trem desde o porto de Santos - hoje a segunda maior porta de entrada desses produtos, depois de Paranaguá (PR) - para Rio Verde. A rota apresenta-se como uma alternativa à usual, diz o executivo. É comum que os insumos “subam” do porto paranaense até Goiás como retorno de trajeto de produtos exportados. “O terminal instalado pela Rumo em Goiás aumentou a ‘descida’ do farelo [de soja] por ferrovia até Santos, e já se nota menor oferta de caminhões na rota de Paranaguá até Goiás”, conta.

Com o volume de contratos fechados, a demanda inicial já levou a Andali a ampliar os investimentos. Pouco depois de abrir as portas, em abril, ela já investirá R\$ 10 milhões adicionais em aumento de capacidade de armazenagem de nutrientes e à misturadora. As obras necessárias são pontuais, reitera Gonçalves, e devem ser concluídas até setembro. Com isso, o aporte no terminal - que reúne armazém, misturadora, prédios administrativos e o desvio ferroviário - instalado em um complexo da Rumo na ferrovia Norte-Sul, consumirá, ao todo, R\$ 160 milhões. Boa parte dos recursos foi obtida em operações no mercado de capitais.

A Andali espera movimentar entre 1,5 milhão e 2 milhões de toneladas de nutrientes no local já em 2024, volume que é o “teto” do projeto inicial. Neste ano, é esperada movimentação de até 1 milhão de toneladas de nutrientes (NPK). Já o volume de misturas (produtos finais usados pelos produtores) poderá dobrar até o ano que vem, saindo de intervalo entre 400 mil toneladas a 500 mil toneladas fabricadas em 2022.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 29/06/2022

Seção: Economia

Autor: Ludmila Rocha

Título: Aneel aprova reajuste médio de 12,4% em SP

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem reajuste médio de 12,04% para as tarifas da Enel Distribuição São Paulo. Os novos valores passam a vigorar em 4 de julho. Para os consumidores conectados em baixa tensão, o que inclui os clientes residenciais, o aumento médio será de 10,15%. Já para aqueles que são atendidos em alta tensão (indústrias), o efeito médio será de 18,03%. O percentual já considera os créditos de PIS/Cofins, cuja devolução para os consumidores foi definida em lei sancionada nesta semana. A medida resultou em redução de 8,7% em relação ao aumento inicialmente previsto.

Foi contabilizada também parte do aporte de R\$ 5 bilhões que a Eletrobras fará para compensar a mudança no regime de suas usinas, que passam a vender energia no mercado livre de energia depois da capitalização da empresa. A redução com a iniciativa foi de 2,84%. Segundo o relator do processo na Aneel, Hélio Guerra, a lei que limita a incidência a alíquota de ICMS até 18% sobre energia elétrica poderia reduzir mais os aumentos. Apesar de já ter sido sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, os Estados ainda precisam regulamentá-la. São Paulo já implantou a redução sobre combustíveis, mas ainda não contemplou as tarifas de energia elétrica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Cristiane Gercina

Título: Governo sanciona lei que devolve imposto cobrado na tarifa

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vai rever reajustes aplicados em tarifas de energia elétrica de 2022 para cumprir o que determina a lei 14.385, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (28).

A medida atende a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), que julgou inconstitucional a cobrança de ICMS sobre o PIS/Cofins na conta de luz.

Nem todas as empresas terão o reajuste reduzido. Segundo a agência reguladora, não serão revistos os índices nas seguintes empresas: Cemig, RGE, Copei, EMG e ENF, Enel SP Energisa Tocantins e Cocei, pois eles já levaram em conta os dispositivos da nova lei.

Aprovado pela Câmara no início deste mês, o projeto de lei com a possibilidade de devolução foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) sem nenhum veto. A medida altera legislação anterior de funcionamento da Aneel para permitir que a agência devolva os valores.

A devolução é feita por meio de reajustes menores nas contas de energia. A medida já teve efeitos em alguns reajustes aprovados nesta terça-feira (28). É o caso da Enel, em São Paulo.

Dados divulgados pela Câmara e pelo Senado mostram que, dos R\$ 60,3 bilhões em créditos a serem devolvidos pela União às distribuidoras, R\$ 47,6 bilhões ainda não foram restituídos aos consumidores. O restante entrou em revisões tarifárias desde 2020, que teriam resultado em redução média de 5% até então.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Letícia Fucuchima e Felipe Nunes São Paulo E São José Do Rio Preto | Reuters

Título: Conta de luz para cliente residencial em SP sobe 10,15%

Reajuste para 8 milhões de consumidores da Enel entra em vigor no dia 4; Aneel diz que medidas reduziram reajuste

A conta de luz vai ficar mais cara para 8 milhões de clientes atendidos pela Enel São Paulo. A alta média de 12,04% autorizada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta terça-feira (28) vai atingir 24 cidades da região metropolitana de São Paulo atendidas pela distribuidora.

O reajuste será de 10,15% para baixa tensão (como residências) e de 18,03% para alta-tensão (indústrias). Os novos valores passam a vigorar a partir de 4 de julho.

O aumento das tarifas da distribuidora paulista para 2022 foi mitigado por medidas recentemente aprovadas pela agência reguladora, pelo governo federal e pelo Poder Legislativo, destacou o diretor da Aneel que relatou o processo, Hélvio Guerra.

Segundo ele, o aporte de R\$ 5 bilhões da Eletrobras para modicidade tarifária neste ano permitiu uma redução de 2,84 pontos percentuais no reajuste da Enel São Paulo.

Já a devolução, aos consumidores, de créditos tributários referentes à retirada do ICMS da base de cálculo de PIS/Cofins reduziu o reajuste da distribuidora em mais 8,70 pontos percentuais.

Guerra ressaltou ainda que a perspectiva é de mais alívio nas contas de luz com a redução das alíquotas de ICMS cobradas sobre energia elétrica, na esteira da lei sancionada na semana passada. Segundo ele, no caso da Enel São Paulo, a medida poderia trazer um efeito médio de redução de 10,4%.

“O que reforça que estamos indo no caminho correto, mas isso só será percebido pelos consumidores quando do recebimento da conta pelas distribuidoras estaduais”, disse Guerra, em referência à redução das alíquotas de ICMS.

Segundo dados da Enel, a média mensal de negociações de parcelamento de dívidas realizadas pela companhia no período de janeiro a maio deste ano cresceu 187% nos últimos dois anos. O número de negociações passou de 40 mil nos primeiros cinco meses de de 2020 para 115 mil no mesmo período deste ano.

A Enel não divulgou o índice de inadimplência.

A bancada do PSOL na Câmara dos Deputados protocolou uma proposta para

barrar o reajuste. O projeto de decreto legislativo quer que o aumento da Enel não seja aplicado sob justificativa de que “aprofundará a situação de elevadíssima vulnerabilidade social, onde as famílias convivem com a crítica combinação de desemprego elevado, forte inflação de itens básicos e renda do trabalho em queda”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/06/2022

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Danielle Brant Rio De Janeiro E Brasília

Título: Postos já recebem gasolina com desconto de tributo federal; ministro tenta agilizar repasse

Enquanto estados ainda tentam reverter na Justiça o corte do ICMS, postos de combustíveis já começam a receber gasolina com desconto na parcela dos impostos federais, que foram zerados pela mesma lei que estabeleceu teto para a alíquota do imposto estadual.

O desconto ainda é gradual e concentrado em regiões próximas a refinarias, já que o repasse depende dos estoques das distribuidoras, mas o governo negocia com o setor uma alternativa para agilizar os cortes nos preços dos combustíveis.

Segundo o setor de revenda, postos no Rio e no Paraná, por exemplo, já recebem gasolina mais barata das distribuidoras. O governo zerou as alíquotas de PIS/Cofins e Cide, que somavam R\$ 0,69 por litro, ou 9,3% do preço recorde atingido pelo combustível na semana passada.

“As distribuidoras, de uma forma geral, começaram a repassar gradualmente aos postos as alíquotas zeradas nos tributos federais”, disse, em nota, o Paranapetro, que representa o comércio varejista de combustíveis no Paraná.

Proprietária de uma rede de postos no Rio, a empresária Maria Aparecida Siuffo disse que já percebeu uma queda no valor de seus pedidos. “As companhias estão passando aos poucos o PIS e Cofins. Ainda não terminaram.”

Em audiência na Câmara nesta terça-feira (28), o **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, afirmou que está em contato com as empresas e a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para buscar uma solução para

agilizar os repasses.

A proposta é permitir a venda consignada de combustíveis das refinarias às distribuidoras. Nesse modelo, as empresas de distribuição pegam produtos nas refinarias, mas as notas fiscais só são emitidas após o corte nos impostos.

Assim, todo o estoque que entrar nas distribuidoras já passaria a ter o desconto do corte de impostos. Sem essa medida, a expectativa do setor é que o repasse só chegue integralmente aos postos em um prazo de 10 a 15 dias.

A proposta de venda consignada foi apresentada pelas próprias distribuidoras ao governo, diante do temor de que a demora para desovar os estoques gerasse questionamentos e pressão para agilizar o repasse mesmo com prejuízos, o que ocorreu na greve dos caminhoneiros de 2018.

A redução de impostos sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta (24) afeta principalmente a gasolina. Para o diesel, os impostos federais já estavam zerados, e o ICMS, abaixo do teto na maior parte dos estados.

Apenas com o teto do ICMS sobre a gasolina, o corte médio no país será de R\$ 0,657 por litro, segundo cálculos do consultor Dietmar Schupp. Com os dois impostos, Sachside prevê uma redução média de 21% no preço final.

Insatisfeitos com a ingerência do governo sobre suas políticas tributárias, 11 estados e o Distrito Federal foram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar suspender a vigência da lei do teto do ICMS.

Na segunda (27), porém, os São Paulo e Goiás decidiram antecipar corte no imposto estadual. Em São Paulo, a expectativa é que a gasolina caia R\$ 0,48 por litro na bomba. Em Goiás, R\$ 0,85 por litro.

A diferença é explicada pelas alíquotas antigas. São Paulo está entre os estados com menor carga tributária sobre os combustíveis e cobrava 25% sobre a gasolina. Em Goiás, a alíquota era de 30%.

Ainda há dúvidas sobre a manutenção do congelamento dos preços de referência para o cálculo do ICMS, que vence nesta quinta (30). O imposto é calculado sobre uma estimativa feita pelos estados nos postos, conhecida como PMPF (preço

médio ponderado ao consumidor final).

Hoje, o ICMS é cobrado sobre o PMPF de setembro, quando a gasolina custou, em média no país, R\$ 6,078 por litro. A atualização desse valor para o preço atual (média de R\$ 7,390 por litro), engolirá ao menos parte dos cortes de impostos aprovados pelo Congresso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/06/2022

Seção: Colunas

Autor: Helio Beltrão

Título: Todos contra a Petrobras e os preços de mercado

Em ataque inédito, os três Poderes acentuam discurso eleitoreiro

A Petrobras vem sofrendo ataque por todos os lados para reduzir na marra os preços dos derivados, principalmente diesel e gasolina. Mesmo o mais distraído brasileiro sabe que é por motivos eleitoreiros.

O presidente Bolsonaro tem perseguido a Petrobras ao intimidar sua diretoria, trocar seus presidentes, ameaçar com a sugestão de uma CPI e usar continuamente seu "soft power" para empregar a empresa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, ameaçou majorar impostos e alterar a lei das Estatais para permitir maior ingerência política sobre a empresa.

Até o ministro André Mendonça, do STF, entrou no bullying, determinando que a Petrobras preste minuciosas explicações sobre os critérios adotados para a política de preços da empresa, que deverá incluir relatórios, atas, gravações etc. E cobrou a Petrobras sobre sua "função social" determinando que a Agência Nacional do Petróleo e o Cade apresentem informações sobre como estão fiscalizando a empresa.

O maior inimigo dos intimidadores oficiais é a política da Petrobras, que mantém certo grau de paridade com os preços internacionais dos derivados (a "PPI"). Quando o preço dos derivados sobe lá fora ou quando o dólar sobe por aqui, no fim do dia a Petrobras reajusta os preços. E deve ser assim, como expliquei neste

espaço no ano passado (folha.com/ruegyho).

Caso os preços sejam determinados por burocratas tupiniquins desprezando as cotações do mercado internacional, haverá desabastecimento, desorganização do setor, prejuízos bilionários aos acionistas e credores da Petrobras e responsabilização legal dos administradores. Para piorar, não há garantia de que o consumidor pagará menos. O mercado é mais poderoso que os filhotes de Sarney e Mercadante.

Quanto mais besteira faz a turma do tabelamento, mais sobe o dólar pela fuga de investidores e, conseqüentemente, mais caros ficam gasolina e diesel. É o que tem ocorrido. São campeões de pontaria em tiro no pé.

Sua narrativa é que a Petrobras está sendo malvadona, lucrando à custa do brasileiro. A prova do crime estaria no crescimento do lucro neste primeiro trimestre, de R\$ 44 bilhões (ante R\$ 1 bilhão no mesmo período de 2021).

Comentadores na mídia têm embarcado em uma falaciosa tese dos tabeladores: a) que o aumento dos lucros da empresa é responsável pelo aumento dos preços de derivados, b) que a carestia da gasolina e diesel é o principal causador da inflação brasileira, e c) que a Petrobras quer acabar com o país em razão de sua ganância desenfreada. A conclusão conveniente é que a empresa merece ter seus lucros e preços tabelados.

Nada se menciona sobre o preço internacional do petróleo, principal motor de receita da empresa, que subiu de US\$ 61 para mais de US\$ 100 o barril nesse período. Ou que os preços do diesel e da gasolina subiram ainda mais no mercado externo. Ou mesmo que os preços na bomba por aqui não são diferentes do que pagam os cidadãos dos demais países, na média. Nem uma menção tampouco às injeções monetárias, pelo Fed e pelo BC, principais causadores da inflação em dólar e em real, respectivamente. E, claro, nem uma palavra sobre as conseqüências desastrosas no tabelamento de derivados da era PT.

Finalmente, é prova de oportunismo que os tabeladores de hoje adoravam a PPI quando o petróleo caiu e permaneceu abaixo de US\$ 40 durante março, abril e maio de 2020. O problema agora é que a PPI atrapalha sua reeleição.

A alta dos derivados e dos lucros induz a volta dos investimentos na cadeia do

petróleo, que até este ano era considerada vilã pelos apóstolos do ESG do mundo todo. O crescimento da produção de derivados é o caminho mais curto para preços menores. Convém deixar a Petrobras em paz para cumprir o que prevê seu estatuto: produzir, refinar e comercializar petróleo e derivados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/06/2022

Seção: Economia

Autor: André de Souza e Geralda Doca

Título: Gilmar dá 24 horas para acordo

- > O governo federal e os estados terão 24 horas para apresentar propostas que permitam chegar a um acordo sobre a alíquota do ICMS sobre os combustíveis.
- > O prazo foi dado pelo ministro Gilmar Mendes, relator de ações que tratam do tema no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele mediou uma audiência de conciliação virtual com representantes da União e dos governadores ontem, mas não houve acordo.
- > Segundo o presidente do Colegio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados (Conpeg), Rodrigo Maia Rocha, a União não se eximiu de fazer um acordo, mas não apresentou proposta. Os estados propuseram mudar a cobrança do ICMS para o diesel, considerando a media de preços dos últimos 60 meses. Eles sugeriram criação de um grupo de trabalho para tratar do ICMS sobre os demais combustíveis, como a gasolina, além da suspensão da decisão do ministro André Mendonça, do STF, que determinou, a pedido da União, que os estados apliquem a media do preço dos últimos 60 meses para todos os combustíveis, energia, comunicações e transporte:
- > —A única medida que é pacífica entre os estados e a cobrança do ICMS com base na media móvel de preço dos últimos 60 meses, apenas para o diesel.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/06/2022

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Paes de Andrade busca informações sobre verba publicitária da Petrobras

Os contratos da estatal vencem em julho, e os recursos destinados para esta atividade cresceram 89% em 2021

O novo presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, já tem uma “missão” além da política de preços de combustíveis: a verba milionária de publicidade da estatal. Vencem no próximo dia 19 de julho os contratos da DPZ e da Propeg. As duas empresas são as responsáveis pelas campanhas publicitárias da estatal desde julho de 2017.

No fim de semana, antes mesmo de ter seu nome confirmado na segunda-feira pelo Conselho de Administração da Petrobras como novo presidente da estatal, Paes de Andrade procurou executivos da área de publicidade da estatal para buscar informações sobre o tema.

— O primeiro interesse dele antes de tomar posse foi saber a verba de publicidade da Petrobras, quanto investe, onde investe e no que investe — explicou uma fonte ligada ao alto escalão da empresa.

Em 2021, a estatal gastou em mídia e produção publicitária um total de R\$ 138,025 milhões. Foi um valor 89,4% maior que os R\$ 72,841 milhões do ano anterior.

Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, já há um forte interesse no assunto, que está movimentando os aliados políticos do novo presidente da estatal. O apetite em torno das verbas publicitárias, afirmou outra fonte, vem desde a gestão de Roberto Castello Branco.

Desde o início deste ano, a estatal abriu processo de concorrência para escolher duas agências para gerenciar uma verba estimada em R\$ 375 milhões para dois anos e meio de contrato.

REVERTER

DESCONFIANÇA

Segundo a Petrobras, são oito as agências licitantes que, após sessão de divulgação de resultados no último dia 30 de maio, estão na seguinte ordem: Ogilvy, Propeg, DPZT, Artplan, Binder, Heads, Agência Nacional e Nova SB.

As propostas sequer foram analisadas. Segundo o edital, o desafio de

comunicação para as agências foi apresentar uma proposta para reverter a desconfiança que a empresa ainda sente na opinião pública em relação à Petrobras.

Em nota, a estatal esclarece que não recebeu solicitação de informações relativas aos gastos da companhia com publicidade.

Ontem, Paes de Andrade foi empossado como novo presidente da Petrobras. Depois de ser aprovado na segunda-feira pelo Conselho de Administração, ele assinou o termo de posse sem transmissão ao público.

O nome de Andrade foi reconhecido pelo Comitê de Elegibilidade na última sexta-feira. Na ata da reunião, ele recusou encontro com os integrantes da estatal para falar sobre política de preços, conforme antecipou O GLOBO.

Mas o clima é de tensão e incerteza. Isso porque uma das primeiras “atividades oficiais” de Paes de Andrade foi o pedido de conversa individual com cada um dos oito diretores executivos da estatal.

Pediu dez minutos para falar com cada um. O prazo curto das conversas criou um certo burburinho no alto escalão da empresa ao longo do dia de ontem, pois há quem considere um intervalo pequeno demais.

Alguns integrantes do membro do Conselho de Administração da estatal, mais alinhados ao governo, já se programavam para receber o executivo ontem.

CAPAS DE JORNAIS

The image displays a collage of newspaper front pages from Valor Econômico. The main headline at the top reads "Estados têm opções limitadas para repor perdas com ICMS". Other prominent headlines include "CPI do MEC tem apoio de 31 senadores" and "Custo da dívida é o maior em quase 4 anos". The Valor logo is prominently featured in the center. The layout includes various sub-headlines, photos, and text columns typical of a newspaper's front page.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quarta-feira 29 de JUNHO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 47006
estado.com.br



Voo nota 10 de Filipinho em Saquarema

Filipe Toledo, líder do ranking da World Surf League, deu show contra Samuel Pupo nas ondas da Praia de Itaúna e levou o título do Rio Pro, etapa do Circuito Mundial. Com isso, ele está perto de chegar em 1º lugar ao WSL Finals, em setembro. ...A20

Escândalo do gabinete paralelo no MEC ...A9

Oposição tem assinaturas para criar CPI; Planalto libera verba

... Governo recorre ao STF; orçamento secreto pagou R\$ 5,8 bi em 6 dias

A oposição protocolou no Senado pedido de instalação de CPI para apurar a existência de um gabinete paralelo no MEC durante a gestão de Milton Ribeiro. O governo trabalha para barrar a proposta. Além de tentar convencer al-

guns dos 31 senadores que assinaram o documento a retirar o apoio, o Planalto recorreu ao STF para exigir que o Senado dê prioridade a outras CPIs que estão na fila. Desde que Ribeiro foi preso, no dia 22, o governo já liberou R\$ 5,8 bilhões em verbas do orçamento secreto, 35%

do total de R\$ 16,5 bilhões previstos para o ano. A ministra Cármen Lúcia, do STF, remeteu à Procuradoria-Geral da República, para manifestação, pedido de investigação sobre Jair Bolsonaro por suspeita de vazamento da operação da Polícia Federal que apura o caso.

FNDE é investigado em quatro frentes pela CGU

Órgão apura compra de carros de luxo, moto dada de presente, sobrepreço em ônibus e ação de servidor. ...A10

E&N Sob suspeita ...B6

Presidente da Caixa é investigado pelo MPF após denúncia de assédio sexual

Cinco funcionárias do banco relataram ter sofrido abordagens inapropriadas por parte de Pedro Guimarães.

Estados Unidos ...A15

Trump tentou ir à invasão armada do Capitólio, diz ex-assessora

Ex-presidente quis dirigir a própria limusine até o Congresso ocupado, segundo testemunho à Câmara. Ele nega.

A Guerra de Putin ...A16

Turquia aceita adesão de Finlândia e Suécia à Otan, em revés para a Rússia

Ingresso de países nórdicos marca uma das maiores expansões da aliança ocidental e é um desafio a Moscou.

Saúde ...A19

Estudo aponta que estresse pode envelhecer sistema imunológico

Trabalho com 5,7 mil pessoas nos EUA mostrou relação entre alto nível de estresse e sistema imunológico envelhecido.

Edição de hoje

5 CADERNOS - 72 páginas



Caderno A: Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, A fundo, Para fechar...
E&N: Destacar Economia & Negócios



C2: Cultura & Compertamento



JC: Jornal do Carro



Especial Brasil & Agro

Tempo em SP

13° Min. 25° Máx.



ISSN - 1110-920-1
9 771110 290067



Conjunto Nacional ...C1

Casacor em um ícone da Paulista

A segunda em 15 dias ...A18

Motoristas de ônibus anunciam nova greve para hoje em SP

Memória ...A11

Morre, aos 93 anos, Célio Borja, ex-ministro da Justiça e do STF

Caderno Especial Agro ...1 a 4

Escassez de recursos e custos em alta desafiam a nova safra

130 mortes por dia ...A17

Brasil tem número mais baixo de homicídios em 10 anos

Uma causa apontada para queda de 5,8% em 2021 na comparação com 2020 é estabilização na disputa entre facções. Amazônia registra alta.

4,2%

Foi a queda na letalidade policial de 2020 para 2021

Notas e Informações ...A3

Explícita compra de votos

Vera Rosa ...A10

O Centrão e a caneta de Lira

Leandro Karnal ...C8

Uma vida até junho e outra nos meses finais

A CAO A CHERY DERRETEU OS JUROS

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

VerCapa

CADA CHERY
LIGHT UP THE FUTURE

HUMAS GROUP

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 * Nº 34.055

QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2022

R\$ 5,00

Esporte B9

Onda brasileira

Filipe Toledo vence etapa de Saquarema de surfe, que teve semi só de brasileiros

Ilustrada C8

Woody Allen afirma que pode parar de fazer filmes após seu próximo projeto

Desigualdade trava a mobilidade na cidade de São Paulo

Cotidiano B4 a B5

Queiroga diz que aborto é crime e minimiza crítica a guia da Saúde B3

Turquia acerta apoio a Finlândia e Suécia na Otan

Acordo assinado ontem entre os países abre caminho para entrada dos nórdicos, então bloqueada pelos turcos, na aliança militar. Especula-se que, em troca, os EUA tenham destravado compra de caças F-16 feita por Ancara. Mundo A10

Trump tentou ir a Capitólio no dia 6/1, diz ex-assessora

Ex-presidente quis retirar segurança do Congresso mesmo ciente de que havia pessoas armadas no dia da invasão, afirmou ex-assessora em depoimento. Trump nega versão. A12

Hélio Schwartsman

Uma capital só para o Judiciário

Sábios são os países que põem em diferentes cidades as sedes de diferentes Poderes. Manter o Judiciário à parte é providência sensata. O ideal seria que os julgadores nem conhecessem aqueles cujos atos poderão julgar. Opinião A2

EDITORIAIS A2

Gatilho ideológico

Sobre aumento do número de armas de fogo no país.

Saga funerária

Acerca de privatização dos cemitérios na cidade de SP.

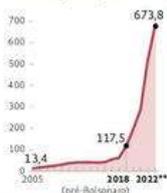
ATMOSFERA

São Paulo hoje



Sob Bolsonaro, n° de pessoas com licença para armas cresce 473% B3

Certificado para CAC*, em milhares



Mortes pela polícia caem no Brasil pela 1ª vez em 8 anos

Taxa de pessoas negras vítimas de agentes, porém, sobe 5,8%, aponta anuário

O Brasil registrou em 2021 queda na letalidade policial pela primeira vez desde 2013, ano em que teve início a série histórica do anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta terça-feira (28).

Foram 6.145 mortos por intervenções das polícias civil e militar, em serviço ou fora dele — 4% a menos em relação a 2020, que contabilizou 6.413 vítimas. O levantamento não inclui ocorrências envolvendo agentes federais.

A redução, porém, foi desigual. A taxa de pessoas negras mortas por policiais cresceu 5,8%; na população branca, caiu quase 31%.

A letalidade diminuiu em 16 estados, com destaque para São Paulo (30% de recuo).

Dennis Pacheco, pesquisador do Fórum, vê avanços, mas ressalva que a letalidade ainda é alta. Cotidiano B1

Mais de 30 mil meninas de até 13 anos foram estupradas em 2021 B2



Tânia de Brito usa camisa com imagem do filho, Juan, morto em 2019 com um tiro na cabeça aos 14, em ação da PM na periferia de Fortaleza. Jéssica Oliveira/Folhapress



AO MENOS 51 CORPOS SÃO ACHADOS EM CAMINHÃO NO TEXAS

Moradoras de San Antonio, nos Estados Unidos, lamentam as mortes de 39 homens e 12 mulheres, vários deles da América Central, cujos corpos foram achados no veículo abandonado na fronteira com o México, o número de brasileiros apreendidos voltou a crescer. Mundo A11

Oposição entrega pedido de CPI para apurar balcão de negócios no MEC

A oposição ao governo Jair Bolsonaro (PL) no Senado protocolou ontem pedido de abertura de CPI para apurar balcão de negócios na Educação envolvendo o ex-ministro Milton Ribeiro. Agora, o requerimento deve ser lido em plenário pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, presos pela PF, organizaram nove eventos do MEC, um deles com a presença de Bolsonaro.

Citando a "gravidade" do caso, a ministra do STF Carmen Lúcia mandou a PGR se posicionar sobre a abertura de investigação contra o presidente. Política A4 a A6

Congresso articula fixar emendas para engessar Lula

Diante da liderança do petista nas pesquisas, parlamentares articulam usar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 para obrigar o governo a executar emendas de relator, ampliando seu poder sobre o orçamento. Política A7

Presidente da Caixa é acusado de assédio sexual

Ao menos cinco funcionárias da Caixa Econômica Federal acusam o presidente do banco, Pedro Guimarães, de assédio sexual. A denúncia foi revelada pelo Metrô-SP. Procurado pela Folha, Guimarães não respondeu. Mercado A17

PEC dos Combustíveis pode ser usada para zerar fila do Auxílio

Governo e Congresso tentam incluir dispositivo na PEC dos Combustíveis que reservaria R\$ 25,5 bi fora do teto de gastos para despesas extras com o Auxílio Brasil. Mercado A13

Renata Capucci: 'A doença me deu urgência de viver e ser feliz'

PÁGINA 21



EPOCA

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2022 ANO XLVIII - Nº 32.468 - PREÇO DESTA EXEMPLAR (R\$) - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

ESCÂNDALO NO MEC

Oposição protocola CPI, e governo deve recorrer ao STF

Enquanto tenta reverter assinaturas, Planalto alega que Pacheco tem de respeitar 'fila' de pedidos de comissão

Com a assinatura de 32 senadores, cinco a mais que o mínimo necessário, a oposição apresentou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pedido formal para instauração de uma CPI sobre as suspeitas de corrupção no MEC. O governo abriu duas frentes para barrar a CPI que invadiria o período eleitoral, ampliando o desgaste

de Bolsonaro. De um lado, aumentou a liberação de emendas para convencer parlamentares a desistir da investigação. Por outro, prepara-se para pedir ao STF que obrigue Pacheco a analisar primeiro pedidos de criação de outras CPIs feitos antes. Para a assessoria do presidente do Senado, esse critério não é obrigatório. PÁGINA 4



Com Collor e Lira no palanque

Viagens ao Nordeste, como a ida ontem a Maceió, foram estopim de uma crise entre Bolsonaro e o marqueteiro escalado pelo PL para a reeleição, informam MALU GASPAR e RAFAEL MORAES MOURA. PÁGINA 6

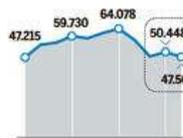
Acusado de assédio, presidente da Caixa deve deixar o cargo

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, foi acusado de assédio sexual por pelo menos cinco funcionárias do banco. O caso foi revelado pelo portal Metrôpóles, e algumas das possíveis vítimas já formalizaram as denúncias ao Ministério Público Federal, de acordo com o site. Na noite de ontem, o presidente Jair Bol-

sonaro se reuniu com Guimarães no Palácio da Alvorada e, segundo aliados relataram ao GLOBO, disse ao executivo que as acusações são "inadmissíveis". O comando da campanha à reeleição pressiona pela demissão de Guimarães, que deve anunciar hoje sua saída do cargo para se defender na Justiça. PÁGINA 14

QUEDA DE LETALIDADE

A evolução das mortes violentas intencionais (MVIS) no Brasil



Fontes: Secretarias estaduais de Segurança Pública

País reduz número de mortes violentas

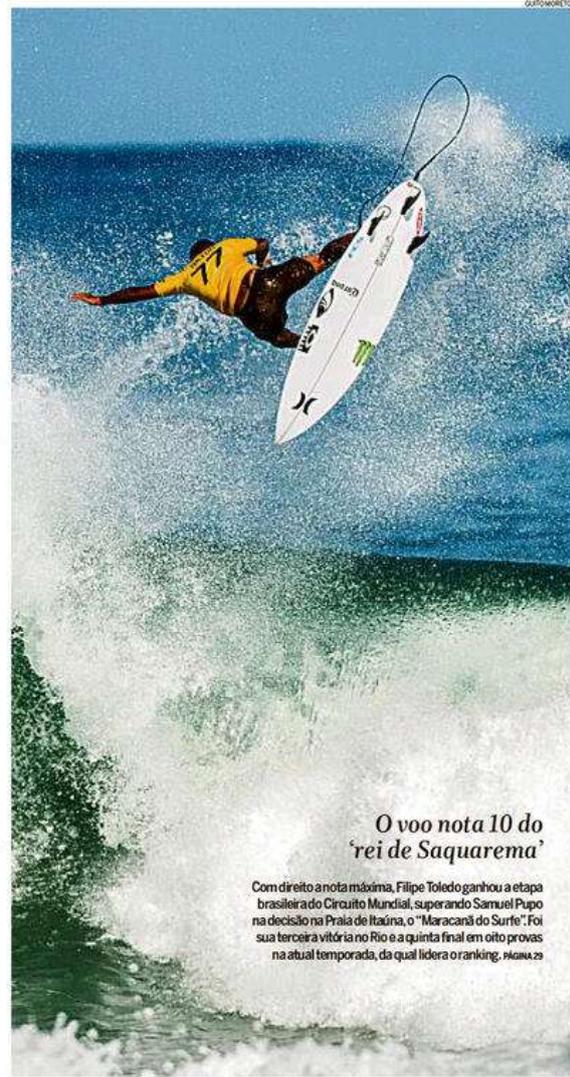
Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram uma queda de 5,8% nas mortes violentas intencionais em 2021, o que inclui homicídios, latrocínios e as decorrentes de intervenção policial. Apesar da redução, o Brasil é o país que mais registra homicídios e o 8º mais violento do mundo. Trégua entre facções criminosas, demografia e políticas públicas de prevenção em alguns estados contribuíram para o índice, avalia especialista. PÁGINA 10

Trump tentou ir ao Capitólio, diz testemunha-bomba

Cassey Hutchinson, ex-assessora do chefe de Gabinete de Trump, relatou que o ex-presidente sabia haver apoiadores armados no Capitólio, em 2020, e sugeriu afrouxar a segurança. Ela contou ainda que Trump quis ir ao local, avançou sobre o volante da limusine presidencial, mas foi detido pelo serviço secreto. PÁGINA 19

Mortes em carreta expõem drama na fronteira dos EUA

A morte de 51 pessoas por asfixia dentro de um caminhão no Texas pôs em evidência o drama na fronteira sul dos EUA, com o aumento sucessivo de imigrantes sem documentos e detenções. Justiça vem barrando mudanças na política migratória empreendidas pelo presidente Joe Biden. PÁGINA 18

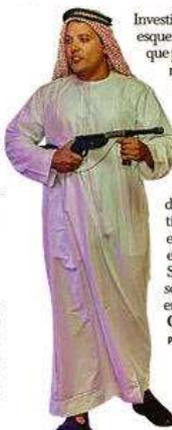


O voo nota 10 do 'rei de Squirema'

Com direito a nota máxima, Filipe Toledo ganhou a etapa brasileira do Circuito Mundial, superando Samuel Pupo na decisão na Praia de Itaipua, o "Maracanã do Surfe". Foi sua terceira vitória no Rio e a quinta final em oito provas na atual temporada, da qual lidera o ranking. PÁGINA 29

NA MIRA DA PF

O 'sheik dos bitcoins' que lesou famosos e foi sócio de Malafaia



Investigado por esquema de pirâmide que pode ter lesado milhares de investidores, incluindo nomes como Sacha Meneghel, Francis da Silva, o 'sheik das criptomoedas', tinha trânsito entre evangélicos e atraiu o pastor Silas Malafaia para sociedade em uma empresa, relata CHICO OTAVIO. PÁGINA 11

Entrevistando Bolso



— Minha chapa está fechada: BolsoBraga!

VERA MAGALHÃES

CPI do MEC expõe governo à deriva
PÁGINA 2

ELIO GASPARI

Bicentenário da Independência foi desvirtuado
PÁGINA 3

BERNARDO MELLO FRANCO

Arena sobrevive no Centrão
PÁGINA 3

ANA PAULA LISBOA

No Brasil, as tragédias não são aleatórias
SEGUNDO CADERNO

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 2022

NÚMERO 21.859 • 40 PÁGINAS • R\$3,00

Miriam Zúñiga/CFDA Press



A via-crúcis de mães para filhos serem atendidos na saúde pública do DF

Depois de ir ao Hospital de Samambaia (HRSam) e ao de Taguatinha (HRT), sem sucesso, Amoriele Andrade (E), 30 anos, aguardava atendimento para o filho, Êndrio, 2, no Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib). "Ele está com febre alta, tosse, muito catarro e sem comer nem beber há seis dias. Está desnutrido", desesperava-se. A agonia de Amoriele é um retrato da situação, hoje, da rede de saúde pública local. No HRT, por exemplo, Cláudia da Cunha, 45, também esperava que Tiago César, 11, com crise severa de asma, fosse atendido. "A demora agrava a situação", reclamava. Mãe de Heitor, 4, Luana Leite estava revoltada. Tinha ido quatro vezes ao Hospital de Ceilândia (HRC). Em vão. Agora, tentava no Hmib (D). "Ele está com febre, em tempo de ter convulsões, chorando de dor e não foi atendido", exasperava-se.

Miriam Zúñiga/CFDA Press



PÁGINA 13



DF na rota dos colecionadores

Feira Brasília de Arte Contemporânea (FBAC), a partir de hoje, no Espaço Renato Russo, reúne 13 galerias e mostra o mercado do colecionismo. Caderno do **Correio** detalha a programação.

Pedro Sousa/Arquivo-MS



Pênaltis perdidos

Castigados por erros de Hulk e Rogério Guedes, Atlético-MG e Corinthians empatam com Emelec e Boca na Libertadores. PÁGINA 19

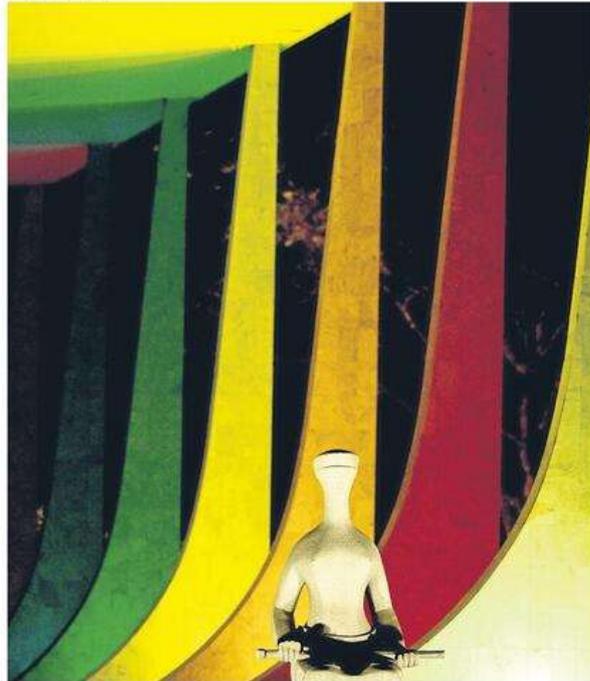
Carl de Souza/MP



As manobras do tetra

Filipe Toledo vence Samuel Pupo, em Saquarema, e conquista pela quarta vez etapa do Rio do Circuito Mundial de Surfe. PÁGINA 19

Fotos: Camo Vieira/CFDA Press



Uma cidade vestida de orgulho e de respeito

A sede do STF (acima), o Museu da República (E) e outros monumentos de Brasília foram decorados com as cores do arco-íris para marcar o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+, celebrado ontem. A data abre espaço para reflexão de temas que atingem essa população. Como a violência, que teve aumento de 20% na primeira metade deste ano.

PÁGINA 5



Ana Maria Campos
É cada vez mais remota uma aliança entre Grass (PT) e Parente (PSB). PÁGINA 14

Denise Rothenburg
PT articula voto contra as emendas impositivas de retator. PÁGINA 4

Samanta Sallum
Proposta ao PPCuB prevê facilidades no Setor Comercial Sul. PÁGINA 16

Jane Godoy
A festa junina cheia de charme e animação do Clube Internacional. PÁGINA 17

Segurança do DF deve ficar sem reajuste salarial

Promessa do governador Ibaneis, o aumento para PMs, policiais civis e bombeiros está distante. O prazo legal acaba na sexta e não há indicativo de que pedido nesse sentido será enviado pelo Planalto ao Congresso. Sindicatos reclamam da falta de empenho do GDE. PÁGINA 15

Planalto avança contra CPI do MEC

Pedido para apurar denúncias foi protocolado ontem. A governista tenta retinada de assinaturas e pressiona para instalar comissões que estão na fila. PÁGINA 2

Estados insistem em ICMS maior que 17%

Votação da PEC dos Combustíveis volta à pauta hoje. Governadores entram com liminar no STF para mudar base de cálculo da alíquota do diesel. PÁGINA 6

Ed Alves/CFDA Press



Parente sinaliza chapa com senador Reguffe

Rafael Parente (PSB) revela, ao **CB.Poder**, conversas com Reguffe (UB) e acredita em projeto conjunto ao governo do DE. PÁGINA 14

MAIS EMPREGOS

Foram criadas 227 mil vagas formais em maio, diz Caged

Total de trabalhadores com carteira assinada cresceu 0,67% em relação a abril. "Um recorde", segundo o ministro do Trabalho, José Carlos Oliveira. PÁGINA 7



MME / ASCOM .